

Transição política e transformismo no Brasil pós-ditadura em Florestan Fernandes

Political transition and transformism in Brazil post-dictatorship in Florestan Fernandes

Transición política y transformismo en Brasil postdictadura en Florestan Fernandes

David Maciel*

Resumo: este trabalho busca refletir criticamente sobre a interpretação de Florestan Fernandes acerca das contradições da autocracia burguesa operante no Brasil após a ditadura militar, definida por ele como uma “ditadura dissimulada”, e das potencialidades revolucionárias do movimento dos trabalhadores. Em nossa avaliação Fernandes não considerou na devida medida a capacidade de cooptação da autocracia burguesa em relação às principais organizações do mundo do trabalho, num movimento transformista exitoso que conferiu à dominação burguesa estabilidade social e política numa qualidade superior.

Palavras-chave: autocracia burguesa, transição democrática, transformismo, partido dos trabalhadores, central única dos trabalhadores.

Abstract: this work seeks to critically think over about Florestan Fernandes' interpretation above the contradictions of the bourgeois autocracy operating in Brazil after the military dictatorship, which he defined as a “dissimulated dictatorship”, and about revolutionary potential of the workers' movement. In our evaluation, Fernandes did not properly consider the capacity of the bourgeois autocracy to co-opt with the main organizations in the world of work, in a successful transformist movement that gave bourgeois domination a social and political stability in a superior quality.

Key words: bourgeois autocracy, military dictatorship, democratic transition, transformism.

Resumen: el presente trabajo busca hacer una reflexión crítica sobre la interpretación de Florestan Fernandes acerca de las contradicciones de la autocracia burguesa operante en Brasil después de la dictadura militar, definida por él como una “dictadura dissimulada”, y de las potencialidades revolucionarias del movimiento de los trabajadores. En nuestra evaluación, Fernandes no considera, en su devida manera, la capacidad de cooptación de la autocracia burguesa, en relación a las principales organizaciones del mundo del trabajo, e nun movimiento transformista exitoso que confirió a la dominación burguesa cierta estabilidad social y política qualitativamente superior.

* Brasileiro, é mestre e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás, professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Trabalho desenvolvido e apresentado no II Colóquio Internacional Marxista de História, realizado em Córdoba, Argentina entre 27 e 29/10/2016, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). Correio eletrônico: macieldavid275@gmail.com

Palabras clave: autocracia burguesa, transición democrática, transformismo, partido de los trabajadores, central única de los trabajadores.

Recibido: 31 de mayo 2020 Aceptado: 27 diciembre 2020

Introdução

A partir do golpe militar de 1964 Florestan Fernandes passou a dedicar-se ao estudo, análise e teorização da dinâmica econômica e sócio-política da sociedade brasileira contemporânea, numa empreitada intelectual que se desenvolveu até sua morte, em 1995. Deste esforço de compreensão do movimento histórico da sociedade brasileira emergiu a interpretação teórica mais importante sobre o estado e o capitalismo brasileiros durante a ditadura militar. Desde 1974, quando publicou *a revolução burguesa no brasil*, até sua morte, em 1995, Florestan Fernandes elaborou um amplo painel da vida brasileira, por meio de diversas obras acadêmicas, sujeitas ao mais estrito rigor científico, de artigos de intervenção conjuntural, escritos “a quente” e publicados na grande imprensa e de discursos e pronunciamentos parlamentares.

De sua interpretação sobre a ditadura militar como ápice da autocracia burguesa emergiu uma leitura do processo de transição política que foi sendo calibrada passo a passo, conforme a dinâmica político-social se desenvolvia sob seus olhos, dando origem à denúncia da “transição lenta, gradual e segura”, desdobrada ao longo dos anos 70 e 80 como continuação da ditadura por outros meios. Neste diapasão, para Fernandes a democracia brasileira, formalizada com a constituição de 1988 e com a eleição presidencial de 1989, configura-se como experimento limitado estruturalmente pela resistência sociopática às mudanças demonstrada pelas classes dominantes brasileiras, originando nada mais do que uma “ditadura dissimulada”; desmascarando o discurso dominante, de matriz liberal, que reputa a transição como movimento político exitoso na instauração de uma democracia efetiva. No entanto, à luz de pesquisas mais recentes e da própria dinâmica política desenvolvida no país após sua morte, é possível afirmar que a leitura fernandiana da transição padeceu de certo “messianismo revolucionário”, pautado por uma leitura demasiado confiante das potencialidades antiautocrática apresentadas pelo movimento dos trabalhadores e pela não compreensão, em toda sua magnitude, do movimento transformista exercido pela autocracia burguesa reformada sobre suas principais organizações. Fiel à sua tese originária de que o desenvolvimento do capitalismo monopolista no brasil desatava contradições sociais e políticas insuperáveis nos marcos do modelo de transformação capitalista e da autocracia burguesa vigentes, Fernandes colocava como únicas alternativas históricas a esta situação a perspectiva revolucionária emanada do campo popular-proletário ou a regressão colonial dirigida pelos estados imperialistas e as grandes corporações transnacionais. Após o final da transição política que ultrapassou a ditadura militar, e na era da globalização e do neoliberalismo, Fernandes apostava na existência objetiva e incontornável do proletariado moderno como requisito fundamental da revolução democrática e nacional, mesmo numa situação em que seus principais instrumentos de luta e organização (PT e CUT) já vivenciavam um processo de cooptação e integração passiva à ordem cujos perigos não lhe passaram despercebidos. No entanto, à luz da história posterior e da própria situação atual este processo mostrou-se estrutural no processo de atualização e aperfeiçoamento da autocracia burguesa no brasil, não apenas um problema de imaturidade ou de orientação política de suas direções. diferentemente do que imaginava o grande mestre, o auge do transformismo imposto pela autocracia

burguesa ocorreu durante os mandatos do partido dos trabalhadores (PT) na presidência da república, quando após três governos emanados do próprio movimento antiautocrático das classes subalternas, possíveis graças à democracia instalada após a transição política que pôs fim à ditadura militar, a hegemonia burguesa sob perspectiva dependente e neoliberal atingiu seu período de maior estabilidade política e social.

Em nossa avaliação, a não percepção, por parte de Fernandes, do fenômeno da integração passiva à ordem vivenciado pelo PT e pela CUT já no final dos anos 80 se deve a uma presença e a uma ausência em seu arcabouço teórico-analítico. De um lado à presença quase exclusiva dos principais autores do marxismo clássico como referência teórica marxista em sua análise do capitalismo central e periférico, do imperialismo, dos processos revolucionários, do estado burguês, da constituição das classes e da própria dinâmica da luta de classes. De outro lado, à ausência da problemática gramsciana do transformismo em seu referencial. ao mesmo tempo em que fundamentou em nosso autor grande confiança na capacidade contestatória e revolucionária das classes trabalhadoras durante a transição e mesmo depois, este duplo movimento também o impediu de perceber que para além das opções políticas adotadas pelos dirigentes partidários, das dificuldades de irradiação da pedagogia socialista e das próprias debilidades organizativas das classes trabalhadoras, a autocracia burguesa foi capaz de criar mecanismos de cooptação e integração passiva à ordem que permitiram sua “flexibilização” relativa e aperfeiçoamento enquanto padrão de dominação burguesa.

Por isto consideramos que esta problemática é pertinente não apenas porque este é um tema pouco discutido entre os autores que abordam a obra e a trajetória político-intelectual do nosso autor, mas porque consideramos crucial repor o arcabouço teórico-metodológico fernandiano como contribuição fundamental para a análise das configurações do capitalismo e da autocracia burguesa a partir dos anos 80, mesmo considerando determinados limites de sua propositura interpretativa. Para tanto, é fundamental não apenas promover a crítica desses limites à luz do desenvolvimento histórico da autocracia burguesa nas décadas recentes e da própria pesquisa historiográfica, bem como apontar as possibilidades de superação destes limites com a incorporação à análise das formulações gramscianas acerca do transformismo e da hegemonia.

Em nossa perspectiva argumentativa optamos por trabalhar como fontes principais os próprios textos de Fernandes sobre a autocracia burguesa durante a ditadura militar e o período posterior da nova república, dos quais buscamos fazer a exegese em diálogo com a bibliografia acerca da produção fernandiana e da temática da revolução burguesa no Brasil. Também trabalhamos com documentos de organizações políticas e bibliografia específica que indicam a pertinência de nossa perspectiva de análise. Por conta desta opção argumentativa a estrutura expositiva do artigo acompanha a evolução das elaborações de Fernandes desde meados dos anos 70 até as vésperas de sua morte, em 1995. o artigo se inicia com a caracterização da autocracia burguesa por Fernandes durante a ditadura militar (1964-1985) e a descrição de seus conceitos fundamentais. Iniciamos abordando o período anterior ao nosso objeto, por que sua avaliação do caráter e do sentido histórico da transição política sob a nova república (1985-2016), que apresentamos em seguida, está nela baseada em termos teóricos e políticos. Por fim apresentamos alguns autores que em nossa avaliação expressam as linhas gerais da literatura mais recente sobre Fernandes e desenvolvemos nosso argumento sobre o processo de transição política pós-ditadura como reforma da autocracia burguesa e a importância do transformismo exercido sobre as principais organizações do movimento dos trabalhadores na conformação deste processo.

1- Autocracia burguesa e ditadura militar.

Ao longo de duas décadas Florestan Fernandes marcou sua intervenção no debate político e acadêmico com uma interpretação particular da sociedade brasileira desenvolvendo a teoria da autocracia burguesa e do caráter sincrético do estado brasileiro. Em sua chave explicativa, o estado burguês brasileiro constitui-se como uma autocracia, restringindo a sociedade civil e a nação por ele reconhecidas aos estratos burgueses e seus movimentos políticos e sociais, excluindo politicamente a enorme massa popular, e interditando a ascensão dos trabalhadores e das classes subalternas, em geral, à condição de sujeito político. Como resultado histórico da incapacidade burguesa de enfrentar a contento a pressão externa, exercida pelo imperialismo e pelas nações capitalistas centrais, e a pressão interna, exercida pelos estratos proletários urbanos e rurais cada vez mais socializados e ampliados em razão do próprio desenvolvimento capitalista, a autocracia burguesa baseou-se na conciliação entre as novas e as antigas classes dominantes, e destas com o imperialismo, desenvolvendo-se organicamente como um movimento auto-defensivo e contra-revolucionário. Este movimento se reproduziu historicamente tanto nos períodos de “ditadura aberta” como no estado novo (1937-1945) e na ditadura militar (1964-1985), quanto nos períodos de “ditadura dissimulada”, como durante o período denominado de “república populista” (1945-64) ¹.

Segundo Fernandes, como contra-revolução preventiva o golpe civil-militar de 1964 opôs-se drasticamente às potencialidades da revolução democrática e nacional, gestadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no país, instituindo a forma mais acabada e perfeita da autocracia burguesa. Em sua fase de instalação e consolidação, a ditadura militar desencadeou um modelo de transformação capitalista pautado pela aceleração econômica, pela dependência associada ao capital externo e por uma dinâmica societária que limitou os benefícios do desenvolvimento econômico aos variados estratos burgueses em detrimento das massas populares e, em especial, dos trabalhadores. O estado correspondente a este processo aperfeiçoou suas feições autocráticas e sincréticas, herdadas do que Fernandes chama de *antigo regime*, absorvendo formas políticas variadas, num amálgama de democracia restrita, oligarquismo e fascismo que favorecia a interlocução política dos estratos burgueses com o estado ao mesmo tempo em que reduzia as classes subalternas ao silêncio e destinava aos opositores políticos a submissão ou a repressão mais brutal².

Em obras como *a revolução burguesa no Brasil* (1974), *apontamentos sobre a teoria do autoritarismo* (1979), *Brasil em compasso de espera* (1980) e *a ditadura em questão* (1982), Florestan Fernandes revelou o conteúdo autocrático do processo de transição política que então se iniciava colocando-se ainda frontalmente contra o ardil politicista utilizado pelo governo militar para reformar a autocracia burguesa por meio da transição “lenta, gradual e segura”, chamada por ele de “transição transada”. Neste aspecto, a formulação de Fernandes foi única no debate então em curso, tanto em sua perspectiva crítica, quanto pela radicalidade de sua propositura teórico-interpretativa.

Esta empreitada teórico-crítica deu origem a uma interpretação criativa e original no marxismo brasileiro, apesar de outras formulações no interior deste campo no período tangenciarem aspectos da formulação fernandiana ³. De fato, em *a revolução burguesa no Brasil* Fernandes avançou plenamente em sua

¹ - Florestan Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

² -op. cit., 289-366.

³ - No mesmo período autores marxistas que também se dedicavam a analisar a dinâmica do capitalismo e do Estado burguês no Brasil se aproximaram das formulações de Fernandes em determinados pontos. Em 1972, Chasin adota o conceito de autocracia burguesa de modo algo distinto, associando-o à via colonial de entificação do capitalismo brasileiro, mas também

leitura original do marxismo, resgatando categorias e problemáticas fundamentais do “marxismo clássico” (marx, engels, lênin, trotsky e luxemburgo) ⁴, há muito abandonadas ou secundarizadas pelo marxismo brasileiro, combinadas ao mais avançado arsenal teórico e analítico disponibilizado pelas outras correntes teóricas à ciência social. Sem, porém, abrir mão da centralidade analítica do método marxista e nem corrompê-lo em seu núcleo duro, mas recorrendo a outras formulações para compor um quadro amplo do processo histórico brasileiro, variado e rico de nuances. Partindo do processo da luta de classes, em âmbito nacional e internacional, fundamento explicativo da dinâmica histórica e social, Fernandes recupera de modo criativo uma série de categorias críticas fundantes do marxismo.

Em primeiro lugar, salta aos olhos a recuperação da categoria de revolução nos marcos da definição dada por Marx e Engels; categoria da qual se desdobram as problemáticas da revolução permanente, do desenvolvimento desigual e combinado e do estado sincrético. Fernandes recupera a categoria de revolução no sentido original dado por Marx e Engels, não apenas como revolução política ou o processo de tomada do poder, mas como fenômeno social total, desdobrado ao longo do tempo e contraditório, pois dependente das vicissitudes do processo da luta de classes. De seu ponto de vista, a revolução burguesa na periferia é um processo de longo prazo, uma contra-revolução prolongada, pois orientada para impedir que os dinamismos inerentes à própria ordem social competitiva possam emergir à cena política como demandas por uma “revolução nacional e democrática” que permitam aos trabalhadores maior participação na partilha da riqueza e do poder. a revolução socialista é vista como fenômeno onde se associam a “revolução dentro da ordem” e a “revolução contra a ordem”, superando o etapismo presente na esquerda marxista brasileira por tanto tempo⁵.

crítica o politicismo da “teoria do autoritarismo” adotada por setores da academia e da oposição democrática e mais tarde denuncia a transição política para a Nova República como “sucessão transada”. Ver José Chasin, *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP), Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, 37-58, 143-149. Em 1974, por outras vias teóricas Saes também define o Estado vigente na Ditadura Militar como autocrático, fundamentalmente para diferenciá-lo do fascismo, porém, não estende este conceito para os períodos populista (1930-1964) e oligárquico (1889-1930), como faz Fernandes. Ver Décio Saes. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1985. Apesar de negar a ocorrência de qualquer forma de revolução burguesa na história do Brasil, em 1981 Gorender também demonstra a unidade de interesses entre os setores agrários e industriais das classes dominantes brasileiras e destas com o imperialismo, ponto comum com as formulações de Oliveira (1972) e Marini (1973). Ver Jacob Gorender, *A burguesia brasileira*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1983 e Francisco de Oliveira, *A economia brasileira: crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2003, 25-119. Porém, por também considerar a revolução burguesa inviável na periferia capitalista, como Gorender, Marini via no fascismo a solução burguesa para as contradições do capitalismo periférico brasileiro durante a Ditadura Militar, não algum tipo de “democracia de cooptação para o lado”, como pensava Fernandes. Ver Rui Mauro Marini, *Dialética da dependência*. Petrópolis, Vozes, 2000, 11-165.

⁴- Caio N. de Toledo, “Sociologia e socialismo na obra de Florestan Fernandes”, *Crítica e Sociedade*, revista de cultura política, v.1, n.1, jan./jun. 2011, 55-64. Marcos Del Roio, “A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de Particularização de uma Revolução Burguesa em Processo”. In: (Orgs.) João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio, *História do Marxismo no Brasil - Vol. 4 - Visões do Brasil*, Campinas/SP, Editora Unicamp, 2014, 73-134.

⁵ -Fernandes, op.cit., 251-288. O que aqui designamos como “etapismo” se refere à concepção estratégica oriunda das formulações do VI Congresso da Internacional Comunista (1928) e adotada pelo PCB e que concebe uma revolução por etapas nos países “colônias e semi-colônias”, como o Brasil. Ou seja, devido ao atraso de suas forças produtivas e à subordinação ao imperialismo a primeira etapa da revolução social tinha um caráter democrático, antilatifundiário e antiimperialista, colocando as frações da burguesia nacional no campo das forças revolucionárias às quais o operariado deveria se aliar. Apenas após a realização desta etapa democrático-burguesa da revolução e conquistados o desenvolvimento das forças produtivas, via industrialização e superação do atraso agrícola; a emancipação econômica nacional e a democracia burguesa, a revolução socialista e a ditadura do proletariado se colocariam como possibilidade histórica. Com variações aqui e acolá ao longo das conjunturas, principalmente em torno das frações burguesas aliadas, em linhas gerais esta concepção prevaleceu nas formulações estratégicas do PCB entre as décadas de 1930 e 1960, com grande influência no conjunto da esquerda brasileira. Ver Del Roio, idem.; Michel Zaidán, “O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)” In: (Orgs.) João Quartim de Moraes e Raimundo Santos, *História do Marxismo no Brasil - Vol. 1 – O impacto das revoluções*. Rio de

Para Fernandes, no Brasil a revolução burguesa fundou-se na consolidação e no aperfeiçoamento da dependência e da autocracia, mas também foi o resultado de uma “decisão interna”, assumida pelas classes dominantes nativas, sem a qual sua consumação seria impossível; o que singulariza o caso brasileiro em relação a outros países da periferia capitalista. Por outro lado, para Florestan Fernandes a revolução socialista é uma possibilidade inscrita na própria dinâmica da ordem social capitalista, particularmente em sua fase monopolista, atingida pelo Brasil com a ditadura militar, indo muito além da simples conquista do estado, mas desdobrando-se em iniciativas que vão desde a luta para tirar os trabalhadores da esfera cultural burguesa e conferir aos seus instrumentos de luta e organização autonomia política e radicalidade social, passando pela defesa de reivindicações e demandas vinculadas à perspectiva da revolução nacional e democrática (revolução dentro da ordem), porém articuladas com a perspectiva anticapitalista (revolução contra a ordem), até a construção de uma “sociedade nova”, de uma “nova civilização”.

Em sua análise da dependência e das relações da economia brasileira com o imperialismo Florestan Fernandes retoma as formulações de Luxemburgo acerca de sua função inerente à acumulação em todas as etapas do capitalismo, não apenas na era do capitalismo monopolista, e o conceito de desenvolvimento desigual e combinado, sistematizado por Trotsky, mas originário do conceito de revolução permanente desenvolvido por Marx e Engels. Na chave conceitual desenvolvida por Fernandes a revolução permanente aparece desdobrada nos conceitos de “revolução dentro da ordem” e de “revolução contra a ordem” ou em termos mais diretos a revolução democrática e nacional e a revolução socialista⁶.

Desta problemática emerge a caracterização do estado brasileiro como autocrático-burguês e sincrético, no que absorve as formulações de Marx e Engels sobre o estado alemão no século XIX e de Lênin sobre o estado czarista russo. Em primeiro lugar, Fernandes conceitua o estado como ditadura, recuperando a formulação marx-engelsiana segundo a qual todo estado é fundamentalmente um instrumento de dominação política e social, um aparelho político e jurídico orientado para a reprodução da desigualdade social e da exploração. Em segundo lugar, para Fernandes o estado combina sincréticamente formas políticas variadas, que vão da democracia ao oligarquismo e ao fascismo, expressando o caráter restritivo da sociedade civil. Em sua dinâmica contra-revolucionária este estado tem um caráter sincrético por que recorre a mecanismos democráticos para otimizar as vias de articulação entre classes dominantes e estado, a mecanismos oligárquicos e privatistas para cimentar a unidade entre novas e velhas classes dominantes e ao fascismo para tratar do problema social e da ação política dos trabalhadores. De acordo com ele, o estado autocrático-burguês brasileiro...

sob certos aspectos, (...) lembra o modelo ideal nuclear, como se fosse um estado representativo, democrático e pluralista; sob outros aspectos, (...) constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais quanto em termos autoritários e modernos; por fim, vários aspectos traem a existência de formas de coação, de repressão e de opressão ou de institucionalização da violência e do terror, que são indistintamente fascistas⁷.

Janeiro, Paz e Terra, 1991, 89-104 e Carlos Alberto Dória, “O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira. In: (Org.) João Quartim de Moraes, História do Marxismo no Brasil - Vol. 3 – Teorias. Interpretações, Campinas/SP, Editora Unicamp, 1998, 201-244. Coutinho também chama a atenção para a crítica ao etapismo presente nas formulações fernandianas. Ver Carlos Nelson Coutinho, “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”, Gramsci e o Brasil, 2000, <https://www.aceessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>

⁶ - Fernandes, op. cit., 222-288.

⁷ - Ibid, 350.

Deste ponto de vista a formulação fernandiana vai muito além do fetiche politicista sobre a democracia criado pela interpretação liberal, dominante no debate sobre a transição democrática e para quem a implantação da democracia dependia basicamente da “volta dos militares aos quartéis” e da remoção do “entulho autoritário”; abstraindo-se do caráter de classe do estado e do fato de que ao combinar democratismo restrito, oligarquismo e fascismo a autocracia expressava o conteúdo orgânico do estado burguês na periferia capitalista. ao contrário, para Fernandes a criação da democracia, mesmo em sua feição representativa e burguesa, demandava uma perspectiva revolucionária, não apenas antiautoritária⁸.

Finalmente, destacamos sua concepção do processo da luta de classes no Brasil, que concebe as classes trabalhadoras como sujeito histórico fundamental, um ator cuja presença na cena política e cujas potencialidades de ação são levadas diretamente em consideração pelas classes dominantes nativas e estrangeiras. Fernandes revela a centralidade adquirida pelas classes trabalhadoras na luta de classes como consequência inerente ao próprio desenvolvimento da sociedade de classes no país. deste modo, incorpora como elemento decisivo em sua análise o desvelamento da dinâmica social e da ação política das classes trabalhadoras, retomando o fulcro do conceito marxiano da luta de classes, fundado na contradição entre proprietários e produtores, e a propositura da autonomia política e organizativa dos trabalhadores⁹. esta confiança nas potencialidades revolucionárias imantadas nos trabalhadores pela própria dinâmica do capitalismo expressa tanto a formulação marx-engelsiana acerca da missão histórica do proletariado, quanto as teses de Luxemburgo sobre a capacidade auto-organizativa e auto-mobilizatória das massas¹⁰.

2- Autocracia e transição.

Apesar de admitir a extrema funcionalidade da autocracia burguesa para a dinâmica da transformação capitalista no país Florestan Fernandes apontava, em meados dos anos 70, seus limites como técnica de sustentação permanente do capitalismo monopolista devido às próprias contradições geradas pelo seu desenvolvimento e por sua potencialização; ou em seus próprios termos, pela contradição entre “aceleração econômica” e “contra-revolução preventiva”. Em primeiro lugar, o aprofundamento da dupla articulação entre setor moderno (capitalista) e setor arcaico (pré-capitalista e subcapitalista) e entre economia nacional e imperialismo tornava a concentração de renda, a satelitização da economia e o arrocho salarial necessidades imanentes à sua reprodução. Por outro lado, a diversificação econômica, a expansão do regime de classes e a inserção das massas migrantes no “mundo moderno”, consequências do próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista na periferia, teriam como contrapartida um processo de acirramento da luta de classes, manifesto em cisões crescentes no monolitismo burguês. Também trazendo mudanças na base material da classe operária, com o surgimento de um novo tipo de operário, mais qualificado e mais exigente em termos de elevação de sua participação econômica, social e cultural, implicando na sua emergência na cena política como nunca antes e na renovação do movimento sindical. e por fim permitindo o surgimento de uma nova classe média, revolucionada em suas expectativas de ascensão social e cada vez mais crítica da autocracia¹¹.

⁸- Ibid, 321-366.

⁹ - Ibid, 276-288.

¹⁰- Del Roio, op. cit., 107.

¹¹- Fernandes, op. cit., 276-288.

Nos anos 70 a potencialização do modelo de transformação capitalista pela ditadura militar abria possibilidades para o desenvolvimento de uma situação historicamente inédita: a emergência das classes trabalhadoras como um sujeito político autônomo em relação ao estado e ao radicalismo burguês, enquanto classes para si, e o engate de sua perspectiva política com uma “revolução dentro da ordem” de caráter nacional e democrática. Vaticinando de modo genial o que só viria a ocorrer efetivamente anos depois, Fernandes afirma:

pela primeira vez na história do capitalismo no Brasil, os assalariados em geral, e as classes operárias em particular, deixarão de ser meros instrumentos e vítimas-mudas passivas do desenvolvimento capitalista. e pela primeira vez poderão fazer pressões para que o desenvolvimento capitalista também se adapte às suas necessidades, aos seus interesses e às suas aspirações como e enquanto classe. essa é a única via pela qual o desenvolvimento capitalista pode adquirir algumas facetas *nacionais* e *democráticas*, o que não aconteceu, até agora, por que a dominação burguesa se impôs sem qualquer contestação efetiva válida, capaz de produzir efeitos positivos visíveis, em concessões ou em arranjos em que ficasse patente o “temor” diante da *presença operária*¹².

Diante desta situação tendencialmente explosiva, diagnosticada quando o projeto distensionista do governo Geisel ainda dava seus passos iniciais, Florestan apontava as limitações estruturais da perspectiva de “abertura política” do ponto de vista burguês, pois esta não poderia ir além de uma ampliação da “democracia de cooptação”, através da qual o estado autocrático-burguês se articula com as classes dominantes, incapaz de abrir-se plenamente às pressões “vindas de baixo”. esta tentativa de “normalização” da autocracia, com a “constitucionalização” do “regime de exceção”, seria insuficiente para estabilizar o poder burguês e dar um fôlego maior ao “modelo autocrático de transformação capitalista”, abrindo caminho para o avanço de uma perspectiva burguesa nacionalista e democrática operada por setores do bloco no poder no sentido de preservar o principal, porém cortando os nós górdios da dependência e do atraso, por meio do desenvolvimento de um “autêntico” capitalismo de estado. ou ainda precipitando a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo através de uma “revolução dentro da ordem” anti-privatista e antiimperialista, que envolveria necessariamente as classes trabalhadoras como um agente decisivo e se desdobraria numa “revolução contra a ordem” antiburguesa, desencadeada pelos trabalhadores e seus aliados em direção a uma transição socialista¹³.

Em nossa avaliação isto evidencia que em meados dos anos 70, Florestan Fernandes ainda não vislumbra um movimento de reforma da autocracia burguesa e da dependência, ou seja, de ampliação da “democracia de cooptação” e de “normalização” da autocracia ao ponto de cooptar, mesmo que indiretamente, os principais instrumentos de luta e organização do movimento social dos trabalhadores; apesar de sua crítica revelar como ninguém a carne e o osso da dominação burguesa no Brasil. No entanto, o processo de reforma da autocracia por meio da “transição lenta, gradual e segura” não o surpreende, apesar de ele avaliar que esta via acirraría ainda mais as contradições sociais, criando condições para a afirmação do pólo político proletário e da perspectiva socialista. Ainda mais por que para ele a “transição lenta, segura e gradual” era uma tentativa de reconciliar as classes burguesas nativas com o estado e particularmente com o capital externo diante da crise da “unidade sagrada” obtida pela autocracia burguesa no auge da ditadura e do “milagre brasileiro”. o que limitava a “abertura política” à

¹² - Ibid, 281.

¹³- Ibid, 275-288, 353-366.

movimentos de aliança política “para o lado” e não “para baixo”, além de reproduzir e aprofundar a perspectiva autocrática, seu modelo de transformação capitalista e a dependência externa¹⁴.

Por isto, a emergência do movimento social das classes subalternas no final dos anos 70 foi por ele considerada um marco no histórico das lutas populares no país, pois se antes os trabalhadores participavam da luta política e obtinham conquistas como cauda das frações burguesas, agora se organizavam de modo politicamente independente pela primeira vez e forçando as classes burguesas a estabelecer algum tipo de conciliação. Logo adiante ele afirma:

se delineia um duro período de aprendizagem para as classes burguesas, pois o desenvolvimento capitalista alcançou o ponto de não retorno, no qual o pólo operário passa a movimentar a luta de classes para fins crescentemente políticos e a burguesia tem de ‘conciliar’, goste ou não, na área dos “interesses antagônicos” e do “inimigo interno”¹⁵.

Com o fim da ditadura militar e a “transição democrática” conduzida por um governo civil de conciliação entre os dissidentes do regime militar e a oposição burguesa, Fernandes retoma a problemática das “saídas burguesas” para a crise da autocracia e publica *nova república*¹⁶. A partir do entendimento da “transição transada” como um movimento de adiamento do desenlace da crise da autocracia burguesa Florestan Fernandes conceituou a nova república e a operação de “conciliação pelo alto” que lhe deu sustentação, como interrupção da contra-revolução preventiva desencadeada em 1964 com vistas a barrar, mais uma vez, as potencialidades de uma revolução democrática e nacional alimentadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo dependente em sua fase monopolista. De acordo com ele:

reduzidas ao componente essencial comum, as varias reações ‘conservadoras’ e ‘liberais’ continham a mesma decifração: ‘a ditadura morreu. Viva a ditadura!’ (...) a ditadura foi um meio de impedir que a revolução nacional e democrática interferisse ‘negativamente’ (de uma *perspectiva burguesa*, ou seja, univocamente nacional e imperialista) na eclosão do capitalismo monopolista; manter o máximo de ditadura possível, quando esta poderia ser reduzida a pó de traque é, por sua vez, uma forma de “segurar” a revolução nacional e democrática montante, de garantir ritmos lentos, graduais e seguros de *transição política* (um sonho dourado dos militares no poder que os políticos garantiram à perfeição)¹⁷.

O alvo principal desta operação política promovida pelas classes dominantes era o emergente movimento social das classes subalternas, nascido durante a crise da ditadura, que apresentava uma nítida propositura programática de “revolução dentro da ordem”, embora já apontando tarefas de “revolução contra a ordem”, e cujos representantes políticos mais importantes eram o partido dos trabalhadores (pt) e a central única dos trabalhadores (cut). Daí o “pacto político” que deu origem à nova república, que, segundo ele, era um pacto com várias “pontas”:

uma que recapturava a integridade da ‘revolução’, afirmando explícita e enfaticamente a intenção de reconduzí-la por sua vocação democrática! No combate à ditadura, o fiel da

¹⁴ - Florestan Fernandes, *A ditadura em questão*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1982, 105-119.

¹⁵ - *Ibid.*, 109-110.

¹⁶ - Florestan Fernandes, *Nova República?*, 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

¹⁷ - *Ibid.*, 10-11.

balança seria dado pelo fulcro político que esta erigira como seu marco histórico. As outras três pontas representavam articulações de interesses econômicos, sociais e políticos. O braço militar se desamarraria, continuando, porém, por trás da *presidência*, como uma retaguarda pronta para o ataque se os ‘inimigos da ordem’ chegassem a se erigir em um obstáculo efetivo. A cúpula política do principal partido de oposição em *aliança democrática* com os liberais do regime, que, finalmente, descobriam que o seu ardor revolucionário renderia maiores dividendos se eles continuassem à testa do governo. Por fim, o braço civil, que se desgajara antes dos militares, deixando o regime sem uma base social de sustentação política, abraçou a composição política que garantia ao grande capital nacional e estrangeiro uma transição sem ousadias e sem turbulências. Isso queria dizer, simplesmente, que a ditadura não seria desmantelada e que ela serviria de guia a uma democratização *sui generis*, que sairia das entranhas do regime, como sangue do seu sangue.¹⁸

De seu ponto de vista, assim como a campanha das “diretas já” (1984), o processo constituinte (1987-1988), a constituição de 1988 e a eleição de Collor (1989) foram oportunidades perdidas diante da tarefa histórica de ruptura com a “transição transada”, possibilitando seu prolongamento no tempo e pondo definitivamente a nu diante dos trabalhadores e oprimidos e de seu movimento social a resistência sociopática das classes dominantes à mudança e suas manobras dissimuladoras em torno da “questão democrática”¹⁹. Se a constituição de 1988 não passou de um “ponto de divórcio entre o *Brasil antigo* e o *Brasil pós-constitucional*”, sem que vingasse uma consciência de ruptura²⁰, na eleição de 1989 o que estava em jogo era o fim da transição e a ruptura com o presente e o passado recente ou remoto. A derrota adiou esta ruptura, porém impôs aos vencedores a impossibilidade de manter sua “velha dança de promessas retóricas e realidades cruéis”, pois, a partir de então, teriam que enfrentar “o rancor das massas populares, a capacidade de ação das vanguardas das classes trabalhadoras e a vigilância dos partidos de oposição frontal”²¹.

Ou seja, na interpretação de Fernandes, de um modo ou de outro, as coisas haviam mudado, pois o adiamento sucessivo da ruptura com a autocracia burguesa em crise e a manutenção do curso do processo de transformação capitalista, com dependência, concentração econômica e super-exploração do trabalho, tiraram das classes burguesas a chance de dirigir a necessária revolução nacional e democrática (“revolução dentro da ordem”); transferindo esta tarefa de modo irremediável para o pólo proletário. Como uma necessidade histórica repostada pela ofensiva imperialista e neoliberal, a perspectiva da revolução nacional e democrática repunha a classe trabalhadora como o único sujeito capaz de desatar os nós górdios da transformação capitalista do Brasil, atualizando sua força política e social e seu compromisso com a desagregação da ordem. Ainda em 1994, analisando a candidatura de Lula à presidência, Fernandes afirma:

o país já está caminhando sobre seus pés e pensando segundo sua cabeça. Mas permanece nos três poderes da federação, principalmente no legislativo, invertido, de cabeça para baixo. Minorias articuladas formulam o que ele deve ser, enquanto maiorias em rápido processo de articulação vêm-se confinadas ao papel de espectadoras, de coadjuvantes ou

¹⁸- Ibid, 18-19.

¹⁹- Florestan Fernandes, A transição prolongada: o período pós-constitucional, São Paulo, Cortez, 1990, 5-8.

²⁰- Florestan Fernandes, A Constituição inacabada, São Paulo, Estação Liberdade, 1989, 10.

²¹ - Fernandes, 1990, 27.

de fonte de legitimação alienada. Eis aí o erro de cálculo: as eleições disputadas por Luís Inácio da Silva servem de marco e de sinal de que as coisas não são mais assim... mitos e realidades do passado remoto e recente ou do presente *in flux* foram ou estão sendo desmascarados e desmoralizados. Os de baixo, finalmente, equiparam-se à situação de classe de que desfrutaram concretamente. Ou os de cima modificam seu horizonte político e seu comportamento ultracentralizador ou logo não acharão quem os obedeça. (...) a ordem legal está em contradição com a ordem social. Esse é o fato crucial. Se o equilíbrio instável entre ambas não proceder de cima, ele terá de impor-se de baixo pra cima. As crises e as perdas serão maiores – e piores para os de cima. Mas o capitalismo possui uma lógica política. Os privilegiados da terra não poderão usufruir para sempre de certas vantagens pré e subcapitalistas e chegou o momento de uma escolha: ou elas toleram reformas e revoluções inerentes ao capitalismo ou eles regredirão a uma posição neocolonial na era dos monopólios gigantes e de seu tipo de imperialismo ‘conquistador’. A alternativa procederá de uma rebelião popular incontrolável. o povo deixou de ser o espectador surdo, mudo e manietado²².

Esta perspectiva analítica apontou de modo certo as contradições vivenciadas pelo capitalismo brasileiro após a transição e antecipou criticamente qual seria o caminho efetivamente seguido pelas classes burguesas nativas a partir de então. Porém, renovou as esperanças e expectativas otimistas de Fernandes na radicalidade do pólo proletário e na capacidade do movimento social dos trabalhadores, em especial o pt, de oferecer uma alternativa histórica a este curso. Isto num período em que o pt e a cut já davam os primeiros sinais de perda de radicalidade e acomodação à ordem institucional oriunda da transição. Além disso, Fernandes não vislumbrou a possibilidade de a regressão colonial combinar-se com um processo de atualização e aperfeiçoamento da autocracia burguesa mediado por um movimento transformista bem sucedido, inserido na própria dinâmica e no arcabouço institucional da reforma da autocracia, que foi anulando a perspectiva transformadora, antiautocrática e anti-neoliberal apresentada pelo movimento das classes trabalhadoras desde a crise da ditadura militar.

Apesar desta visão otimista e algo “messiânica”, Fernandes também alertava para as possibilidades do movimento das classes subalternas perder sua radicalidade e tornar-se incapaz de cumprir as tarefas históricas que lhe cabiam. Numa obra curta, mas muito importante, redigida como sua intervenção pessoal no i congresso do pt, intitulada *o pt em movimento* (1991), ele localiza claramente os problemas e desafios colocados diante do partido e do movimento social dos trabalhadores pela dinâmica da luta de classes. Segundo ele, a não compreensão do caráter da luta política proletária e socialista num país de capitalismo atrasado e dependente como o Brasil e das próprias configurações assumidas pelo conflito capital/trabalho depois da segunda guerra mundial impediam o partido de compreender claramente seu papel e sua missão histórica. Isto o enfraquecia diante do conservadorismo das classes dominantes, o impedia de assumir um programa que articulasse dialeticamente as tarefas da “revolução dentro da ordem” com as da “revolução contra a ordem” e referendava, de um lado, as vacilações ideológicas na defesa do socialismo, e de outro o doutrinário de determinadas correntes petistas, demasiadamente presas às técnicas revolucionárias emanadas da experiência da revolução russa. Além disso, e aqui vai um alerta importante de nosso autor, caso o pt se limitasse à política convencional, voltada para a mera competição eleitoral e parlamentar, submetendo-

²²- Florestan Fernandes, “Lula e a transformação do Brasil contemporâneo”, *Práxis*, nº 2, Belo Horizonte, setembro de 1994, 16-17.

se à perspectiva da legalidade burguesa e abandonando sua função educativa e mobilizadora, perderia sua força histórica e se tornaria um partido da ordem como qualquer outro. De acordo com ele:

O pt preparou-se para atuar no plano legal e não se resguardou, até hoje, dos riscos que corre num país no qual a democracia não vai além de um biombo que oculta o monopólio do poder das classes dominantes. A competição interpartidária não emerge como um fator de reforço da representação e da soberania popular. Ao contrário, ela aparece como um índice do poder relativo e do ‘perigo’ inerentes aos adversários dos partidos da ordem. Estes é que tomam as iniciativas de conciliação entre os de cima e de conspiração contra as concessões inevitáveis da democratização da sociedade civil e, especialmente, do estado. O medo das ‘explosões sociais’ engendra o ‘recrudescimento’, freqüentemente amparado pela opressão policial-militar, jurídica e política. nessas condições, todo partido renovador ou revolucionário precisaria contar com duas frentes interdependentes, uma de ação legal, outra de atividade clandestina²³.

Finalmente, Fernandes também localiza uma grande dificuldade do partido em ir além dos limites institucionais, o que se deve, de um lado, à relativa imaturidade do movimento social que lhe deu origem e, de outro, ao próprio reacionarismo das classes dominantes brasileiras. Esta imaturidade política e o compromisso frouxo com a perspectiva socialista explicam em grande medida os problemas organizativos localizados por ele no partido, como as tendências burocráticas e o descompasso entre a democracia na base e o centralismo na cúpula.

Poucos anos depois Fernandes reconhece o maior esvaziamento do horizonte socialista no pt e o predomínio da perspectiva social-democrática, características presentes sinteticamente em seu líder máximo, lula. Porém ainda considerava o programa da candidatura presidencial de lula em 1994 uma saturação dos requisitos necessários à “revolução dentro da ordem” e que sua execução pelo pólo proletário implicaria no renascimento da perspectiva socialista e de sua proposta societária. Em sua avaliação;

O programa do PT ergue-se como uma ruptura com o passado colonial, com o neocolonialismo instaurado com a transferência da corte e com a situação de dependência que desatou aparências da revolução burguesa ao que se restringia à importação de técnicas sociais, culturais e políticas manipuladas em favor de privilégios de minorias organizadas sob os modelos de dominação de castas ou de classes, de acordo com os ritmos e rumos das transformações internas. a questão nada tem a ver, hoje, com a restauração de uma revolução burguesa exógena em pleno trópico. Mas de debelar os problemas e dilemas sociais provocados pela inércia das elites dos estamentos (no passado remoto) e das classes sociais (no passado recente e no presente). (...) é primordial democratizar a sociedade civil e o estado. O desenvolvimentismo criou esperanças que nasciam frustradas, por que ignorava as reformas e revoluções decorrentes do capitalismo maduro. Não é preciso repetir o elenco das mudanças estruturais. É suficiente colocá-las em seu lugar e ressaltar que elas são transitórias para os que almejam o socialismo como meta final. dadas as alterações ocorridas nas relações de classes e a capacidade de impor

²³- Florestan Fernandes, O PT em movimento, São Paulo, Cortez, 1991, 54-55.

mudanças capitalistas de baixo para cima, o conjunto de transformações profundas confunde-se com a revolução dentro da ordem²⁴.

3- Autocracia burguesa reformada e transformismo.

Apesar da enorme justeza da propositura política e teórica de Florestan Fernandes, percebe-se em suas formulações sobre os avanços, limites e dilemas do movimento social dos trabalhadores no período a não teorização do potencial transformista contido no processo de reforma da autocracia burguesa em relação aos setores oposicionistas, em geral, e à oposição antiautocrática, em particular. em Fernandes os problemas programáticos e organizativos do PT, por exemplo, são muito mais resultado da combinação histórica entre uma ordem burguesa extremamente resistente à mudança, um movimento social dos trabalhadores relativamente imaturo, ainda incapaz de assumir todas as potencialidades subversivas e desagregadoras da ordem presentes em sua ação devido aos próprios obstáculos colocados em seu caminho pela autocracia burguesa, e dirigentes políticos de perfil predominantemente social-democrático, alheios à perspectiva socialista e propensos à centralização e ao burocratismo; do que fruto de um movimento de cooptação de caráter transformista operado pelo próprio processo de reforma da autocracia burguesa. o conceito de transformismo foi elaborado originalmente por Gramsci na análise da unificação italiana para compreender o processo de cooptação das lideranças, forças e instituições oponentes pelo estado e pelas classes dominantes por meio de diversos procedimentos políticos, institucionais e ideológicos. tais procedimentos incluem desde a cooptação individual, incorporando lideranças das forças oponentes, e mesmo das aliadas, ao grupo dirigente e à burocracia, assim decapitando-as politicamente, até a estatização de funções e atividades educacionais, culturais e militares sob controle de forças e instituições adversárias ou ainda formatando o que poderíamos definir como a arena da disputa política²⁵. o conceito de “democracia de cooptação”, desenvolvido por Fernandes para designar uma das “saídas burguesas” para a crise da ditadura militar, não parece incorporar a perspectiva gramsciana, pois a entende como mecanismo de cooptação “para o

²⁴ -Fernandes, 1994, 24-25.

²⁵- Para o conceito de transformismo ver Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. Para as variações do conceito de transformismo em Gramsci ver David Maciel, “Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci”. In: História Revista, vol. 11, n° 2, Goiânia, Editora do Mestrado em História/UFG, 2006, 273-299. Ainda nos estertores da Ditadura Militar, em 1985, Coutinho elaborou uma interpretação do Estado e da revolução burguesa no Brasil com base nas categorias gramscianas de “revolução passiva”, em associação com a categoria lenineana de “via prussiana”, “Oriente/Ocidente” e de “transformismo” e do que ele designa como “Estado ampliado” numa notação bastante semelhante à de Fernandes no tocante à centralidade do Estado para o desenvolvimento capitalista, à ausência de uma revolução democrático-burguesa ou de libertação nacional como condições para viabilização de tal desenvolvimento, a aproximação entre os conceitos de “ditadura sem hegemonia” e de “contrarrevolução prolongada” para caracterizar o conteúdo da revolução burguesa no país. No entanto, Coutinho descarta o conceito de autocracia burguesa por considerá-lo uma generalização que impediu Fernandes de perceber que em determinados momentos as classes dominantes foram obrigadas a incorporar “elementos de hegemonia” em sua dominação. Para ele, desde 1930 há um processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira que desloca a centralidade do Estado na reprodução da dominação burguesa e impõe a adoção de formas mais consensuais de controle dos trabalhadores, como no período populista. Apesar do reforço do elemento “ditadura sem hegemonia” durante a Ditadura Militar, para ele há um processo de ampliação da sociedade civil que coloca em xeque o próprio regime militar e cria as condições objetivas para um processo efetivo de democratização. Mais tarde ele reafirma esta posição, considerando um erro a tese fernandiana acerca da Nova República como continuação da autocracia burguesa ou como “último refúgio da ditadura”, conforme suas próprias palavras. Ver Carlos Nelson Coutinho, “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In: Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989, 119-137 e “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”, Gramsci e o Brasil, 2000, <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>.

lado”, voltado para viabilizar a reunificação burguesa numa situação de progressivo esvaziamento do exercício desta função pelo poder militar. a cooptação “para baixo” é uma possibilidade que ele aventa em meados dos anos 70, mas sua análise da “rigidez institucional” da autocracia burguesa diante do movimento dos trabalhadores e da “transição transada” como manutenção da “contra-revolução por outros meios”, indica que em sua leitura ela não se viabilizou²⁶.

Diversos trabalhos abordam a produção intelectual e a ação política de Florestan Fernandes após o final da ditadura militar como publicista, cientista social, militante partidário e parlamentar, mas na maioria dos casos ressalta-se sua coerência teórica e política na defesa do socialismo, sua crítica radical à preservação da autocracia burguesa sob a nova república e às mazelas do capitalismo brasileiro, sua intervenção na cena intelectual e política, particularmente na constituinte (1987-1988). Mas pouco se discute as limitações de sua abordagem sobre o Brasil da nova república, em especial, no tocante à capacidade da autocracia burguesa de cooptar o movimento dos trabalhadores e suas organizações. No debate sobre Fernandes predominam os autores que optam por ressaltar positivamente variados aspectos e formulações da crítica fernandiana à transição democrática, sem atentar para os limites que já apontamos. Enquanto Tótoro compreende a presença da “questão democrática” na obra de Fernandes como parte da “questão da revolução” e retoma sua tese de que a instalação de uma democracia de participação ampliada no país vincula-se diretamente à ação política dos trabalhadores; Cerqueira e Macedo mostram como a chamada “transição democrática” e o período político posterior podem ser entendidos a partir da categoria fernandiana de contra-revolução, numa análise que realça os aspectos rígidos do que consideramos como reforma da autocracia burguesa²⁷. Em sua dissertação de mestrado Chagas descreve minuciosamente a crítica de Fernandes a esta rigidez institucional imposta pela autocracia burguesa à constituinte e sua luta como parlamentar para superá-la. Ressalta ainda a crítica fernandiana à socialdemocratização do PT, tida como um empecilho à luta consequente dos trabalhadores, por um lado, mas também sua defesa de que a participação política dos trabalhadores permitiria saturar os espaços políticos disponíveis, colocar as questões proletárias no centro do debate e favorecer seu amadurecimento político e ideológico. Velho e Silva limitam-se a abordar a ação parlamentar de Fernandes na constituinte à luz de sua estratégia revolucionária, mostrando sua coerência política. Obras biográficas sobre Florestan Fernandes, como as de Cerqueira e Soares, mantêm este diapasão ao focar na crítica deste ao caráter autocrático da transição política e sua coerência política e teórica²⁸.

²⁶ - Fernandes, 1987, 364. Coutinho vê no conceito de “democracia de cooptação” de Fernandes uma aproximação com o conceito de transformismo de Gramsci, no entanto, sua leitura nos parece completamente distinta da que propomos, na medida em que em sua interpretação o conceito de autocracia burguesa não se aplica à Ditadura Militar e menos ainda ao período posterior e ao processo de democratização que lhe deu origem. Em seu entendimento após a Ditadura Militar o Brasil emerge como uma sociedade fundamentalmente “ocidental”, democrática, que oscila entre os dois modelos de sociedade ocidental teorizados por Gramsci: o modelo norte-americano (liberal-corporativo) e o modelo europeu (social-democrata). A partir dos anos 90, a vitória do neoliberalismo e a adesão dos governos do PT à hegemonia neoliberal decretaram a predominância do primeiro modelo. Daí que, em Coutinho a aplicação do conceito de transformismo na análise do processo político-social pós-ditadura opera em condições de dominação burguesa “ocidental”, incompatíveis com o conceito de autocracia burguesa, mesmo que reformada. Ver Carlos Nelson Coutinho, 2000 e “O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas”. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006. 173-200.

²⁷- Silvana Tótoro, A questão democrática em Florestan Fernandes, Lua Nova, nº48, São Paulo, 1999, https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000300006. Roziane Ferreira da Silva Cerqueira e Rogério Fernandes Macedo, “Florestan Fernandes e a apreensão da contra-revolução brasileira”, Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática, 2011, 1-13.

²⁸- Rodrigo P. Chagas, “Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contrarrevolução no Brasil”, Dissertação, PPGH/PUC-SP, 2011, 208-259. Ricardo Scopel Velho e Michel Goulart da Silva, “A

Já Urbano e Alfonso criticam Fernandes por privilegiar a participação popular na constituinte como meio para incutir a “democracia real (proletária)” numa estrutura política autocrática, ao invés de enxergá-la como meio de agitação revolucionária com vistas à sua “mobilização extra-parlamentar”. Segundo os autores esta postura revela uma perspectiva reformista, não condizente com a teoria da revolução permanente em sua integralidade e nem com os ensinamentos de Lênin e Trotsky acerca do papel da ação parlamentar dos trabalhadores na luta revolucionária. portanto, as “ilusões” de Fernandes se devem a uma apreensão incompleta da estratégia revolucionária adequada aos países capitalistas periféricos e atrasados²⁹.

Alguns autores buscam estabelecer paralelos entre a descrição fernandiana do processo da revolução burguesa no Brasil e as formulações gramscianas sobre revolução passiva, em particular no tocante às formas pelas quais o moderno incorpora e refuncionaliza o arcaico, ao predomínio da acomodação e da conciliação política na relação entre as classes dominantes antigas e novas, ao caráter elitista e antipopular da revolução burguesa e ao papel assumido pelo estado como pivô do processo de transformação capitalista e criação da autocracia burguesa (“função piemonte” nos termos de Gramsci).³⁰ Fernandes conhecia a obra do comunista sardo, mas este não constava entre suas referências teóricas. ao contrário, apesar de *il risorgimento* de Gramsci aparecer na bibliografia, nas páginas de *a revolução burguesa no Brasil* Fernandes sugere de maneira sumária que descarta o conceito de revolução passiva por entendê-lo como inaplicável ao caso brasileiro, pois apropriado como instrumento explicativo para fenômenos de revolução burguesa “falhada”³¹. além disso, em várias de suas obras utiliza o conceito de hegemonia numa notação diferente de Gramsci, mais identificada com aculturação e dominação ideológica, que ele reputa à preservação das estruturas arcaicas e/ou ao “aburguesamento” das classes proletárias³², do que como processo complexo que combina concessões materiais e produção cultural do consenso.

Como já afirmamos, os conceitos e aportes teóricos fundamentais do marxismo fernandiano são tributários da tradição “clássica”, particularmente de Marx, Engels, Lênin, Luxemburgo e Trotsky, não do chamado “marxismo ocidental”, onde se inserem autores que influenciaram outras análises do processo histórico brasileiro, como Gramsci, Luckács e Althusser³³. quando analisa as debilidades e problemas do movimento político e social dos trabalhadores, particularmente a pequena inserção política e ideológica da perspectiva revolucionária e socialista, Fernandes dá grande importância à sua relativa imaturidade política e ideológica, posto que durante a maior parte de sua história esteve submetido ao radicalismo burguês e suas lideranças políticas, adquirindo autonomia como movimento de massas apenas na fase final da ditadura militar; a problemas de direção, como a orientação social-democrata de seus principais dirigentes, cuja crítica das experiências do socialismo real se generaliza como crítica ao socialismo e ao marxismo; ao peso de formas organizativas ainda marcadas pelo centralismo e a burocratização, apesar do avanço da democracia de base, e ao “aburguesamento” das

Constituinte na perspectiva estratégica de Florestan Fernandes”. Marx e o Marxismo v.7, n.12, jan/jun 2019: 156-172. Laurez Cerqueira, Florestan Fernandes. Vida e obra, São Paulo, Expressão Popular, 2004. Eliane Veras Soares. Florestan Fernandes, o militante solitário, São Paulo, Cortez Editora, 1997.

²⁹ - Edison Urbano e Daniel Alfonso. “Apontamentos sobre Florestan Fernandes e a Constituição de 1988”, Esquerda Diário. Número 1, maio de 2017. <https://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=174>.

³⁰ - Coutinho, 2000. Rodrigo J. M. Gonçalves, “O marxismo de Florestan Fernandes na obra ‘A Revolução Burguesa no Brasil’”, Revista de Teoria da História, Volume 17, Nº 1, Julho/2017: 262-291.

³¹ - Fernandes, 1987, 294.

³² - Fernandes, 1991, 46, 52. Coutinho também assinala esta diferença na compreensão do conceito de hegemonia. Ver Coutinho, idem.

³³ - Toledo, op. cit. Del Roio, idem.

classes proletárias imposto pelo processo de socialização urbana das massas rurais e pelo peso dos meios de comunicação de massa e pelas “instituições chave da ordem”³⁴. em outras palavras, as debilidades que o movimento político e social das classes trabalhadoras ainda apresenta no sentido da execução de sua missão histórica, pois no capitalismo periférico apenas o socialismo se coloca como alternativa conseqüente à autocracia burguesa, se devem mais aos seus problemas internos e ao seu próprio tempo de maturação e aprendizado do que à ação passivizadora exercida pela autocracia burguesa a partir do processo de transição política que permitiu a sua reforma após a ditadura militar.

Fernandes não dedica a mesma atenção aos efeitos passivizadores sobre o movimento dos trabalhadores exercidos pela dinamização da esfera de representação política e nem da reforma do sindicalismo de estado no reforço das tendências institucionalistas, eleitoreiras, corporativistas e burocráticas, que iam na contramão das tendências mobilizadoras, democráticas e contestatórias e que alimentavam as esperanças de Fernandes no protagonismo popular. vistas em longo prazo, medidas adotadas a partir do projeto de distensão (1974-1979) e mais tarde aprofundadas com o processo de transição como o fortalecimento do papel decisório dos poderes legislativo e judiciário, a criação do pluripartidarismo (1979) e da liberdade partidária (1985), o restabelecimento de eleições diretas para todos os cargos executivos, consumado em 1989; além da reforma sindical de 1978, do reconhecimento “informal” das centrais sindicais e do estabelecimento da liberdade sindical (1985) configuram em conjunto um movimento transformista exitoso que contribuiu para a canalização das lutas e demandas dos trabalhadores para uma arena política devidamente formatada para esvaziar sua capacidade mobilizatória e contestatória. isto sem mencionar o enorme crescimento e diversificação da sociedade civil burguesa, por meio da criação de novos aparelhos privados de hegemonia, além das tradicionais entidades sindicais e para-sindicais, com grande capacidade de organização política do empresariado, elaboração ideológico-cultural e produção de consenso através da mídia, de entidades filantrópicas, religiosas, culturais e educacionais³⁵.

De fato, a reforma da institucionalidade autoritária e posterior criação da institucionalidade democrática demonstram a relativa plasticidade da autocracia burguesa reformada diante das contradições geradas pela crise do modelo econômico desenvolvimentista e da ditadura militar e sua própria capacidade de gerar consenso passivo junto ao movimento dos trabalhadores, esvaziando o conteúdo de “revolução dentro da ordem” em seu programa e anulando a perspectiva de “revolução contra a ordem”, presente mais no discurso do que na prática. Isto por que o movimento transformista daí oriundo também carrega um caráter particular, de tipo ampliado. ao invés da negociação e incorporação de elementos do projeto histórico dos trabalhadores no bloco histórico burguês e da absorção de suas lideranças aos quadros dos grupos dirigentes, fundamento do transformismo de tipo restrito, prevaleceu a delimitação institucional da ação político-social das classes subalternas, constringendo-as a desenvolverem uma lógica de organização e mobilização que arrefeceu paulatinamente sua perspectiva crítica e autônoma em favor da reprodução das práticas autocráticas tradicionais. Fatores como a legislação partidária e eleitoral e a estrutura sindical foram cruciais nesta passivização, pois condicionaram a movimentação política e social dos trabalhadores no sentido de reforçar uma dinâmica eleitoreira, aparelhista e ideologicamente frouxa, no plano partidário, burocrática e meramente corporativista, no plano sindical. O que contribuiu poderosamente para anular as práticas inovadoras de autonomia política e auto-organização popular e esvaziar o conteúdo antiautocrático de

³⁴ - Fernandes, 1991.

³⁵ - Para o crescimento e diversificação da sociedade civil burguesa nos anos 80 e 90 ver René A. Dreifuss, *O jogo da direita na Nova República*, Petrópolis/RJ, Vozes, 1989; Virgínia Fontes, *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*, Rio de Janeiro, EPSJV/UFRJ, 2010.

seu programa. no pt tais efeitos já se faziam sentir desde 1982, quando setores do partido denunciavam a degeneração dos núcleos de base e sua transformação em meros cabos eleitorais das candidaturas partidárias, situação reconhecida pela própria comissão executiva nacional na avaliação das eleições de 1982³⁶.

Em 1987, no v encontro nacional, definiu-se a candidatura presidencial de lula como o eixo tático e estratégico da vida partidária, subordinando todas as lutas e demandas específicas à disputa eleitoral. Na CUT ocorreu processo semelhante, na medida em que a perspectiva de ruptura com a estrutura sindical estatal foi sendo abandonada em favor de uma tática de crescimento “por dentro” que reforçou as tendências burocráticas e aparelhistas presentes em seus setores majoritários desde o início. No seu iii congresso a cut tornou-se, na prática, uma central de sindicatos, e não de trabalhadores, na medida em que reforçou a representatividade das direções sindicais em seu interior e o poder da direção nacional sobre as instâncias de base. em termos programáticos isto significou a perda crescente da perspectiva ético-política em favor de uma propositura cada vez mais corporativista³⁷. Resumidamente, podemos afirmar que a evolução política e ideológica do pt e da cut a partir dos anos 90 confirma esta orientação, com o abandono efetivo da perspectiva socialista, sua integração à lógica institucional, no caso do primeiro, e ao sindicalismo de estado, no caso da segunda, e sua adesão progressiva à perspectiva hegemônica neoliberal, mesmo que numa versão moderada, como evidenciam os três mandatos de governos petistas.

Conclusão

Com estas breves considerações queremos afirmar que para além dos constrangimentos institucionais impostos à movimentação das classes subalternas pela autocracia burguesa, as dificuldades vividas pelo movimento dos trabalhadores são também o resultado de uma operação transformista exitosa, capaz de esvaziar/anular sua radicalidade política definindo os marcos em que sua própria dinâmica se daria, ou seja, ao definir os limites e métodos a que o movimento dos trabalhadores deveria se submeter, a autocracia burguesa definiu sua práxis e seu projeto. Deste ponto de vista, a autocracia burguesa reformada demonstrou grande capacidade de “integrar passivamente à ordem” os principais instrumentos de luta criados pelo movimento dos trabalhadores nas últimas décadas, reproduzindo a dominação social burguesa numa qualidade superior. Em nossa avaliação crítica, tal processo não foi vislumbrado plenamente pelo grande sociólogo e militante socialista por uma interpretação demasiadamente confiante nas potencialidades revolucionárias da classe trabalhadora e pela ausência da problemática do transformismo em sua leitura da transição política.

o que de modo algum desloca a centralidade da contribuição fernandiana para a compreensão da estrutura e dinâmica da autocracia burguesa no país; ao contrário, o recrudescimento dos aspectos autoritários e fascistas do regime político em detrimento dos elementos democráticos nos últimos anos revela a vitalidade da autocracia burguesa, mesmo três décadas após o processo de democratização. No entanto, consideramos crucial o aporte das contribuições gramscianas sobre transformismo e

³⁶- Silvio Caccia Bava, Éder Sader e Marco Aurélio Garcia, “Preparar a resposta dos trabalhadores”, Partido dos Trabalhadores, 1981, Arquivo CPV; Partido dos Trabalhadores, “Avaliação da campanha eleitoral”, Comissão Executiva Nacional, 1982, Arquivo CPV; David Maciel, *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*, São Paulo, Xamã, 2004, 258-261, 275-277.

³⁷- Partido dos Trabalhadores, “Carta aberta ao povo brasileiro (V Encontro Nacional)”, 1987, Boletim Nacional do PT, nov/dez. 1987 - jan. 1988, n. 33. Arquivo CPV. Iram Jácome Rodrigues. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997, 110-118 David Maciel, *De Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*, São Paulo, Goiânia, Alameda, Funape, 2012, p. 282-287; 327-328.

hegemonia para a compreensão das formas e procedimentos adotados pela autocracia burguesa nas últimas décadas para obter consenso junto às classes trabalhadoras, esvaziar sua perspectiva política antiautocrática e se fortalecer frente às contradições do capitalismo dependente. Tal procedimento analítico torna-se ainda mais premente na atual conjuntura, quando a variante mais radical da perspectiva autocrático-burguesa, expressa no neoliberalismo extremado e no fascismo, demonstra grande poder persuasivo e capacidade de controle da arena da disputa política e do estado.

Bibliografia:

- Bava, Silvio Caccia, Sader, Eder, Garcia, Marco Uurélio. “Preparar a resposta dos trabalhadores”, Partido dos Trabalhadores, 1981, arquivo cpv.
- Cerqueira, Laurez. Florestan Fernandes. Vida e obra. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- Cerqueira, Roziane Ferreira da Silva e Macedo, Rogério Fernandes. Florestan Fernandes e a apreensão da contra-revolução brasileira. Marx e o marxismo 2011: teoria e prática, 2011: 1-13.
- Chagas, Rodrigo p. Florestan Fernandes: a autocracia burguesa como estrutura histórica e a institucionalização da contra-revolução no Brasil. dissertação. ppgh/puc-sp, 2011: 208-259.
- Chasin, José. a miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social. Santo André (SP), Estudos e edições ad hominem, 2000.
- Coutinho, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. in: Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, campus, 1989: 119-137.
- _____. “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”, Gramsci e o Brasil, 2000, <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=90>
- _____. "O estado brasileiro: gênese, crise, alternativas". in: Lima, Júlio César França; Neves, Lúcia Maria Wanderley. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006. p.173-200.
- Dória, Carlos Alberto, “O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. in: (org.) João Quartim de Moraes, história do marxismo no Brasil - vol. 3 – teorias. interpretações, Campinas/SP, editora Unicamp, 1998, 201-244.
- Dreifuss, René a. (1989). O jogo da direita na nova república. Petrópolis/rj, vozes.
- Fernandes, Florestan. Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo. São Paulo, t. a. Queiroz, 1979.
- _____. A ditadura em questão. São Paulo, t. a. Queiroz, 1982.
- _____. Nova república? 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.
- _____. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro, editora Guanabara, 1987.
- _____. A constituição inacabada. São Paulo, Estação liberdade, 1989.
- _____. A transição prolongada: o período pós-constitucional. São Paulo, Cortez, 1990.
- _____. O PT em movimento. São Paulo, Cortez, 1991.
- _____. “Lula e a transformação do Brasil contemporâneo”. Práxis, nº 2, Belo Horizonte, setembro de 1994, 7-25.
- Fontes, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro, epsjv/ufRJ, 2010.
- Gonçalves, Rodrigo j. m. O marxismo de Florestan Fernandes na obra “A revolução burguesa no Brasil. Revista de teoria da história, volume 17, número 1, julho/2017, 262-291.
- Gorender, Jacob. A burguesia brasileira. 3ª ed. São Paulo, brasiliense, 1983.
- Gramsci, Antonio. Cadernos do cárcere. vol. 5. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2002.

- Maciel, David. *A argamassa da ordem: da ditadura militar à nova república (1974-1985)*. São Paulo, xamã, 2004.
- _____. “Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci”. in: *História revista*, volume 11, nº 2, Goiânia, editora do mestrado em história/ufg, 2006, 273-299.
- _____. *de Sarney à Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985- 1990)*. São Paulo/Goiânia, Alameda/funape, 2012.
- Marini, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis, vozes, 2000.
- Oliveira, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003, 25-119.
- Partido dos Trabalhadores. “avaliação da campanha eleitoral”, comissão executiva nacional, 1982, arquivo cpv.
- _____. “Carta aberta ao povo brasileiro (v encontro nacional)”, 1987, boletim nacional do pt, nov/dez. 1987 - jan. 1988, n. 33.
- Rodrigues, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da cut*. São Paulo, Scritta, 1997.
- Saes, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz editor, 1985.
- Soares, Eliane Veras. *Florestan Fernandes, o militante solitário*. São Paulo, Cortez editora, 1997.
- Tótora, Silvana. *A questão democrática em Florestan Fernandes*. Lua Nova. no.48. São Paulo. dec. 1999.
- https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-64451999000300006.
- Urbano, Edison e Alfonso, Daniel. Apontamentos sobre Florestan Fernandes e a constituição de 1988. *Esquerda diário*. número 1, maio de 2017. <https://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=174>.
- Velho, Ricardo Scopel e Silva, Michel Goulart da. A constituinte na perspectiva estratégica de Florestan Fernandes. *Marx e o marxismo* v.7, n.12, jan/jun 2019, 156-172.
- Zaidán, Michel. “O grande *tournant*: o vi congresso da internacional comunista (1928-1929)” in: (orgs.) João Quartim de Moraes e Raimundo Santos, *História do marxismo no Brasil - vol. 1 – O impacto das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, 89-104.